



EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S.A - BHTRANS

CNPJ 41.657.081/0001-84 Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2025



BALANÇO PATRIMONIAL (EM R\$) with columns for Notas, 31.12.2025, and 31.12.2024. Includes sections for Ativo Circulante, Não Circulante, and Total do Ativo.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (EM R\$) with columns for Notas, 31.12.2025, and 31.12.2024. Includes sections for Receita Operacional Bruta, Lucro Bruto, and Resultados Aparentes.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (EM R\$) with columns for 31.12.2025 and 31.12.2024. Includes sections for Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Investimentos, and Caixa Líquido das Atividades de Investimentos.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM R\$) with columns for Subscrito, A realizar, Realizado, Ajustes, Lucros ou Prejuízos Acumulados, and Total. Includes sections for Saldo em 31.12.2023 and Saldo em 31.12.2024.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025.

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTRANS é uma sociedade de economia mista constituída sob a forma de sociedade anônima em 30 de agosto de 1991, por autorização da Lei Municipal de nº 5953/91 de Belo Horizonte, tendo como finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar e controlar a prestação de serviços públicos relativos ao tráfego, trânsito, sistema viário e fiscalização do Transporte Público, respeitadas a legislação federal, estadual e municipal e o planejamento urbano do Município. As atividades de prestação de serviços da empresa geram receitas que, adicionadas às subvenções econômicas e outras transferências orçamentárias recebidas do Município de Belo Horizonte garantem os recursos necessários às suas operações. A principal receita da empresa é originária do seguinte serviço: a) Gerenciamento do Estacionamento Rotativo: Para melhor racionalizar o sistema de trânsito e facilitar o estacionamento de veículos particulares em vias públicas, a BHTRANS, através de terceirização, promove a distribuição e comercialização dos créditos do estacionamento rotativo no município de Belo Horizonte, através de aplicativo digital. 2. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a) Informações Gerais: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei 6404/76 e alterações introduzidas pelas Leis, nº 11638/07 e nº 11941/09 e de acordo com as práticas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, que incluem estimativas e premissas como a mensuração de provisões para perdas de crédito a receber, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas. b) Apreciação do Resultado: É apurada pelo regime de competência de exercícios. c) Caixa e Equivalentes de Caixa: Contempla, substancialmente, ativos prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa os quais estão sujeitos a insignificante risco de mudança de seu valor de mercado. Os ativos que compõem a rubrica estão mencionados na nota explicativa nº 3. d) Clientes: São demonstrados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas até a data das demonstrações financeiras, ajustados, quando aplicável, por perda equivalente do montante a receber, considerada pela administração como suficiente para ajustar os referidos ativos aos seus valores de realização. e) Estoques: Os materiais de consumo estão avaliados pelo preço médio de aquisição, inferior ao de reposição. f) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes: São apresentados pelo valor de custo de aquisição, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização. g) Investimentos: São demonstrados pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. h) Imobilizado: Está registrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que refletem a vida útil estimada dos bens mencionada na Nota explicativa nº 7. i) Passivos Circulantes e Não Circulantes: São apresenta-

dos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos em base "pro-rata". j) Provisão para Férias e Encargos: A provisão para férias é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e inclui os correspondentes encargos sociais. 3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: Correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários de livre movimentação e investimentos temporários em instituições financeiras, que podem ser utilizados a qualquer momento.

18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS GERAIS

Salários e adicionais 39.162.503 32.365.288 Férias e 13º salário 8.560.685 7.188.276 INSS e FGTS 22.667.794 24.164.175 Assistência médica/odontológica e Vale-alimentação/refeição 22.762.772 19.348.896 Provisão de ações trabalhistas 24.082.271 25.426.484 Indenizações Trabalhistas 2.741.471 11.289.225 Mão de obra contratada e serviços de limpeza e conservação 33.423.589 32.683.435 Outras Despesas Administrativas 5.158.062 7.608.728 Total Despesas Administrativas Gerais 158.579.147 160.074.507 A empresa divide suas despesas em: Despesas Administrativas Gerais e Outras Despesas. A classificação dessas despesas nas áreas são realizadas através de centro de custos. As despesas administrativas gerais concentram os gastos que não estão ligados a atividade principal da empresa. 19. OUTRAS RECEITAS 2025 2024 Subvenção Econômica - PBH 213.920.943 226.014.039 Reversão de Provisões 7.367.227 - COPASA/FMS - 2.065.745 Aluguéis Estações 1.704.648 1.666.303 Receitas Diversas 1.370.143 1.050.883 Total Outras Receitas 224.362.961 230.736.970 A conta "Subvenção Econômica - PBH" é constituída pelos repasses efetuados no exercício pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, acionista controlador, destinados às despesas com pessoal e custeio geral da BHTRANS. Tais valores são registrados como receita, em conformidade com o CPC-07. Conforme estabelecido na Portaria SMFA nº 036/2022, publicada em 07 de junho de 2022, as receitas de subvenções econômicas - PBH devem ser classificadas em Outras Receitas Operacionais. 20. OUTRAS DESPESAS 2025 2024 Salários e adicionais 58.472.175 58.130.136 Férias e 13º salário 12.308.962 12.439.664 INSS e FGTS 20.632.599 20.686.025 Provisão de ações Judiciais - 9.485.990 Indenizações Trabalhistas - 8.345.746 Serviços de limpeza e conservação 11.290.982 14.011.117 Outras Despesas Administrativas 3.841.170 4.562.538 Total Despesas Administrativas Gerais 106.545.888 127.661.213 Em outras despesas encontram-se as despesas relacionadas a atividade principal da empresa. 21. RESULTADO LÍQUIDO NO PERÍODO: O pagamento das despesas gerais de custeio e de pessoal da BHTRANS, que é uma empresa estatal dependente, é feito mediante o repasse mensal de recursos financeiros, na forma de subvenção econômica, pela sua principal acionista e controladora, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Esse repasse é realizado mediante o registro de "Nota de Pagamento de Despesa", em conformidade com a programação orçamentária prevista na LOA. Diante disso, o prejuízo acumulado não implica em risco de descontinuidade da empresa. Além desse ponto, vale ressaltar que a composição do prejuízo está relacionada principalmente às perdas estimadas (detalhamento nas Notas Explicativas nºs 11, 12 e 13). 22. LEI 11.319, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021: Em 10/05/2021 foi publicado na Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH o Requerimento 149/2021, para a criação da Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com o objetivo de apurar a omissão da BHTRANS - Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - frente ao desrespeito constante das normas de prestação do serviço de transporte público coletivo de passageiros no município, pelas concessionárias responsáveis. Durante esse trabalho da CPI, foi apresentado em 22/07/2021, o Projeto de Lei 160/21, o qual posteriormente foi aprovado pela CMBH. Em 30/09/2021, a CMBH encaminhou para o Prefeito de Belo Horizonte, a proposição de Lei nº 42/21, originária do Projeto de Lei 160/21, para exame e consideração. A partir dessa proposição, o Prefeito em 22/10/2021, sancionou a Lei 11.319, que cria a Superintendência de Mobilidade Urbana de Belo Horizonte - SUMOB e autoriza o Poder Executivo a promover a extinção da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTRANS. Segundo o artigo 15, § 1º da Lei 11.319, de 22 de outubro de 2021, a efetivação da extinção poderá ocorrer em até 15 (quinze) anos, contados do início da vigência desta lei, e somente após encerramento da liquidação conforme estabelecido na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. A Lei 11.319 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022. A CPI concluiu os seus trabalhos em 08/11/2021 e apresentou o seu Relatório Final aprovado pelos parlamentares. Deu-se início a atuação da Superintendência de Mobilidade Urbana de Belo Horizonte - SUMOB, Presidente Maria José Ferreira Araújo, Diretoria de Relacionamento com o Cidadão e Recursos Humanos Patrícia Passelli, Diretora de Administração, Orçamento e Finanças Alison Luis Saro Balisa, Gerente da Contadoria Geral Contador - CRC/IMG 102.999 Deu-se início a atuação da Superintendência de Mobilidade Urbana de Belo Horizonte - SUMOB, Presidente Humberto Rolo Paulino, Diretor de Sistema Viário

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Aos (as) administradores (as) da EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S.A. - BHTRANS. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S.A. - BHTRANS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S.A. - BHTRANS, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para a opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e das normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, sem ressalvas. Ênfase - Passivo a descoberto (Patrimônio Líquido) e continuidade operacional Chamamos a atenção para as demonstrações contábeis da EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S.A. - BHTRANS, que vêm apresentando, ao longo dos últimos exercícios sociais, prejuízos recorrentes em suas operações, os quais têm impactado negativamente sua estrutura patrimonial e financeira. Em decorrência desses resultados, observa-se excesso de passivos em relação aos ativos, resultando, em 31 de dezembro de 2025, em déficit significativo de capital de giro. Conforme evidenciado nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os prejuízos acumulados totalizavam R\$ 210.728.141, e, naquela data, o montante do passivo circulante e não circulante excedia o total do ativo em R\$ 143.309.948, caracterizando passivo a descoberto. Essas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, conforme previsto na NBC TA 570 (R2) - Continuidade Operacional. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia depende do recebimento de subvenções da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, destinadas ao custeio de suas operações, as quais têm sido consideradas pela Administração como suporte necessário à continuidade operacional, em consonância com o pressuposto da continuidade operacional, conforme estabelecido no CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e no art. 176 da Lei nº 6.404/1976. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Administração com base nesse pressuposto. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. Entretanto, chamamos a atenção para as divulgações constantes das referidas notas explicativas, conforme previsto na NBC TA 706 (R1) - Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente, cujo objetivo é destacar assunto relevante adequadamente apresentado nas demonstrações contábeis. Outros Assuntos As demonstrações contábeis da EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S.A. - BHTRANS, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas, que emitimos nosso Relatório dos Auditores Independentes em 24 de março de 2025, sem ressalvas. Contínua ênfase sobre passivo descoberto e prejuízos acumulados. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a Auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentemente distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, se concluiu que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Outros entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar e executar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, como o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Belo Horizonte, 27 de março de 2026.

ACE AUDITORIA ACESSÓRIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL

CRC-MG nº 4.753 / CVM nº 551-7 Ato Declaratório 7720 de 13 de abril de 2004 Domingos França da Costa Sócio Responsável Técnico e Legal Contador-CRC/MG 52.326 Pedro Batista Feliciano Gerente de Auditoria CRC-MG 61.121

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros efetivos do Conselho Fiscal da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTRANS, examinamos os documentos que foram apresentados pela BHTRANS, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, para efeitos do artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Do exame a que procedemos e tendo em vista as informações complementares prestadas pela administração e o relatório dos Auditores Independentes, emitimos parecer favorável à aprovação dos documentos pela Assembleia Geral dos Acionistas. Fernanda Valadares Couto Girão, Conselheira Fiscal Renata Nogueira Herculano, Conselheira Fiscal Célio da Assunção Fróis, Conselheiro Fiscal

7. IMOBILIZADO

Table with columns: Descrição, Taxa de Depreciação a.a., Custo de Aquisição em 31/12/2025, Depreciações Acumuladas em 31/12/2025, Imobilizado Líquido em 31/12/2025, Imobilizado Líquido em 31/12/2024. Includes sections for Máquinas e equipamentos, Ferramentas, Equipamentos de comunicação, Instalações, Móveis e utensílios, etc.

Redução ao Valor Recuperável: Em observância ao Pronunciamento Contábil nº 01 (NBC TG 01), a Administração entende que, em 2025, não há indícios de que haja unidades geradoras de caixa com valores contábeis superiores ao valor de realização. A Entidade encontra-se com sua operacionalidade normal, não havendo indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos perderam representatividade econômica, considerada relevante, não requerendo, portanto, necessidade de reconhecer contabilmente eventual desvalorização de seus ativos em 31 de dezembro de 2025. 8. INTANGÍVEL

Table with columns: Custo, Amortização Acumulada, 2025, 2024. Includes sections for Direitos de Uso/Marcas e Patentes, Programas e Sistemas.

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Table with columns: 2025, 2024. Includes sections for Salários a Pagar/Férias, INSS, FGTS, Outras Obrigações.

10. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS

Table with columns: 2025, 2024. Includes sections for Provisão de férias, INSS S/ provisão de férias, FGTS S/ provisão de férias.

11. PROVISÃO AÇÕES TRABALHISTAS: O valor de R\$ 101.687.574 (R\$ 82.156.209 em 2024), estimado e classificado pela Gerência de Administração de Recursos Humanos da BHTRANS - GEARH, como perdas prováveis, refere-se às ações ajuizadas por empregados e pelos Sindicatos de forma coletiva.

12. PROVISÃO AÇÕES JUDICIAIS

Table with columns: 2025, 2024. Includes sections for Gematur, Santa Tereza, Ações de Terceiros.

O valor de R\$ 52.228.746 é estimado como perda provável, sendo R\$ 25.814.978 de ações ajuizadas pela empresa de ônibus Gematur, que não fez parte do encontro de contas conforme Lei 9.314/2007 e está em grau de recurso em Brasília STJ, bem como a Viação Santa Tereza, que também não fez parte do encontro de

contas e pleiteia um valor de R\$ 21.287.931 e mais R\$ 5.126.087 de outras ações de terceiros ajuizadas contra a BHTRANS.

13. PROVISÃO CONTINGÊNCIAS FISCAIS

Table with columns: 2025, 2024. Includes sections for INSS, Total.

O valor de R\$12.294.457 refere-se à compensação de INSS realizada pela BHTRANS no ano de 2016. Os valores dos créditos compensados foram apurados por meio de trabalho da Assessoria Contábil contratada pela Prefeitura de Belo Horizonte. Os valores compensados foram objeto de auditoria por parte da Receita Federal do Brasil. Processo nº 10680-733.569/2018-34 e despacho decisório 1502/2018 DRF/BHE. Atualmente encontra-se com a Procuradoria Geral do Município para as devidas providências. 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital Social: O Capital Social é composto por 10.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal conforme AGE de 30/07/2007 e o capital autorizado é de R\$160.000.000 (cento e sessenta milhões de reais), conforme AGE de 30/07/2007, podendo ser assim apresentado:

Table with columns: 2025, 2024. Includes sections for Capital Subscrito, Capital a realizar, Capital Integralizado.

b) Participação Acionária

Table with columns: Descrição, Participação (%). Includes sections for Município de Belo Horizonte, Superintendência de Desenvolvimento da Capital, Empresa de Informática e Informação do Município de BH.

15. SEGUROS: A empresa mantém cobertura de seguros para os bens do imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS: A empresa não possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Table with columns: 2025, 2024. Includes sections for Estacionamento Rotativo, Convênios Diversos.

Total da receita bruta

Table with columns: 2025, 2024. Includes sections for (-) Deduções de receita bruta, Total receita líquida.

As multas de trânsito não fazem parte das receitas da BHTRANS, sendo contabi-

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/7659-55FF-9D43-4C20> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7659-55FF-9D43-4C20



Hash do Documento

7739wSI1IEIPRnErZd+LjUA0JwCrmCRkEykWbn9OHPc=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/04/2026 é(são) :

- Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 19.207.588/0001-87 em 17/04/2026 21:47 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

Evidências

Geolocation: Latitude: -19.9169608 Longitude: -43.9603565 Accuracy: 3677.9579873352895

IP: 172.16.4.8

AC: AC SAFEWEB RFB v5

